PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Do Sr. MÁRCIO MARINHO)

Altera a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir os parágrafos 7º e 8º no artigo 43, disciplinando o prazo para registro de consumidor inadimplente nos serviços de proteção ao crédito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1. Esta lei altera a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, disciplinando o prazo para registro de consumidor inadimplente nos serviços de proteção ao crédito.

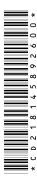
Art. 2. Inclui-se o parágrafo 7º e 8º ao

artigo 43 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art.	43	 	 	 	 	 	 	

- §7º O registro de consumidor inadimplente nos serviços de proteção ao crédito somente poderá ocorrer decorridos, no mínimo, 30 (trinta) dias contados da data de vencimento da dívida inadimplida.
- §8º Em caso de estado de calamidade pública federal declarada, o prazo descrito no parágrafo anterior será de 180 (cento e oitenta) dias.
- Art. 3. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





Apresentação: 05/05/2021 18:45 - Mesa

JUSTIFICAÇÃO

O registro do nome do consumidor nos serviços de proteção ao crédito é uma problemática antiga que afeta não somente o consumidor e o credor como também o próprio sistema econômico vigente que, ao impor restrição ao nome do consumidor, retira do mercado um potencial comprador.

A ausência de lei específica para isso faz com que os credores ajam a seu bel prazer, sem ter um parâmetro para inscrever o consumidor nos órgãos de proteção ao crédito, o que deixa o comprador desnorteado e muitas vezes surpreso ao ter seu nome restrito por dívida que venceu há um dia; em outras situações, dívidas que venceram há meses não são inscritas em órgãos de restrição.

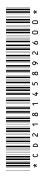
Concordamos com a existência dos serviços de proteção ao crédito, porém, acreditamos que deva existir um prazo mínimo, após ter vencido o prazo para pagamento da dívida, para que o credor possa inserir o nome do consumidor nos bancos de dados dos SPC's.

Acreditamos que o prazo de trinta dias é razoável para dar chances ao fornecedor e ao consumidor de encontrar uma solução amigável para o pagamento da dívida, pois a conciliação é sempre menos onerosa para todos.

Outro apontamento que achamos válido trazer em lei é quando o país passa por um estado de calamidade pública declarada, como é a situação atual que passamos (pandemia da COVID-19). Cediço que num estado de calamidade pública a tendência é que o desemprego aumente e as ofertas de emprego diminuam, causando um efeito cascata nas contas da família, levando o cidadão a inadimplir seus compromissos para priorizar o próprio sustento.

Por isso, nada mais justo que atentar para um prazo mais longo nesses períodos, aumentando a faixa mínima de inscrição para 180 (cento e oitenta) dias.





Apresentação: 05/05/2021 18:45 - Mesa

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado MÁRCIO MARINHO Republicanos/BA



